

PF prende 13 pessoas – Seita triplicou número de fiéis em situação de trabalho escravo em 3 anos, diz PF

Treze pessoas foram presas na manhã desta terça-feira (6) em MG, BA e SP; outras nove continuam foragidas.

PF prende 13 pessoas em nova operação contra líderes de seita religiosa com base em MG

A Operação “Canaã – A Colheita Final” deflagrada na manhã desta terça-feira (6) pela Polícia Federal revelou um forte esquema de captação de novos fiéis para uma seita religiosa investigada desde 2011 e suspeita de manter fiéis em situação análoga à escravidão. A investigação apontou que em três anos os líderes da organização “Traduzindo o verbo: a verdade que marca”, antes conhecida como “Comunidade Evangélica Jesus, a verdade que marca”, aumentaram em três vezes o número de membros.



Trabalhadores eram mantidos em fazendas e não recebiam salários (Foto: Reprodução EPTV)

Pelo menos 13 pessoas foram presas, sendo oito apenas no Sul de Minas – uma em Poços de Caldas, duas em Pouso Alegre, duas em Minduri e três em São Vicente de Minas. Também há registros de atuação em São Lourenço e Caxambu. Nove pessoas ainda estão foragidas, entre elas “Pastor Cícero”, considerado o líder do grupo. Ele já havia sido preso em 2015.

Os trabalhos também acontecem nas cidades de Contagem, Betim, Madre de Deus e Andrelândia, em Minas Gerais; em Ibotirama, Luiz Eduardo Magalhães, Wanderley e Barra, na Bahia; e em São Paulo (SP).

Ao todo, foram interditados 17 estabelecimentos. Em Pouso Alegre, foram interditados os restaurantes “Circuito das Águas” e “Café Bombom”. Em Poços de Caldas, o restaurante “Poços Grill” foi interditado pela Polícia Federal durante a manhã. Uma mulher foi presa no local. Ela seria a responsável pela seita na cidade, segundo a Polícia Federal.



Restaurante “Poços Grill” é interditado em Poços de Caldas pela Polícia Federal (Foto: João Daniel Alves / EPTV)

Trabalho análogo à escravidão

Em 2015, na operação “De Volta para Canaã”, 315 pessoas foram encontradas em situação de trabalho escravo em propriedades rurais e estabelecimentos comerciais do Sul de MG, em outras regiões de MG, BA e SP. Na operação desta terça-feira, a estimativa da polícia é que quase mil pessoas sejam localizadas no mesmo cenário, sendo mais da metade em Minas Gerais.

Segundo o delegado Alexander Castro de Oliveira, todos os funcionários dos estabelecimentos comerciais interditados eram fiéis e não recebiam pagamento em dinheiro.

“Eles trabalham em estabelecimentos dos mais variados sem receber nenhuma remuneração. Eles têm o patrimônio completamente usurpado pela seita, quando entram são induzidos a doar tudo. Em reunião dos líderes, eles transferem o patrimônio para laranjas e outras empresas”, explica Oliveira.



Trabalhadores eram mantidos em fazendas e não recebiam salários (Foto: Reprodução EPTV)

As investigações mostraram que mesmo após as operações realizadas em 2013 e 2015, o grupo voltou a cometer os crimes. Na época, o patrimônio dos líderes havia sido estimado em R\$ 100 milhões. Agora o volume será atualizado, mas a estimativa é o o número de propriedades tenha dobrado.

Até o final da manhã desta terça, treze pessoas haviam sido presas, sendo oito no Sul de Minas – Nove pessoas continuavam foragidas, inclusive o líder da seita, conhecido como pastor Cícero.

Segundo o delegado, a maior parte dos fiéis aliciados pertence à classe C, com poucas condições. Mas também há registros de pessoas em situação financeira melhor.

“Eles eram iludidos. A promessa é de que a ‘besta’ está vindo e que, dentro das comunidades, ela não vai atingir os fiéis no dia do apocalipse, no dia do juízo final. Sempre um argumento religioso do mais baixo nível para ludibriar essas pessoas”,

afirma Oliveira.

Os fiéis viviam em situação bem diferente dos líderes da seita, que acumulavam carros, apartamentos de luxos e altos valores gastos. Todos os funcionários vivem em casas comunitárias. Um ex-membro, chegou a dizer, em 2015, que o grupo fazia uma espécie de “manipulação de mentes”.

Para polícia, muito fiéis são iludidos (Foto: Fernanda Rodrigues/G1)

A seita começou a ser investigada em 2011, e os trabalhos resultaram na deflagração da “Operação Canaã” em 2013. As precárias condições de alojamento e trabalho foram denunciadas aos órgãos. Na época, cerca de 800 integrantes da organização moravam em cinco fazendas em São Vicente de Minas e Minduri. Conforme as investigações da época, foi identificado um sofisticado esquema de exploração do trabalho humano e lavagem de dinheiro levado a cabo por dirigentes e líderes religiosos.

Já em 2015, uma nova operação prendeu seis líderes da seita religiosa. Segundo a PF, o pastor que é um dos principais líderes da organização foi preso em Pouso Alegre (MG), e outras cinco pessoas, que formariam a cúpula da seita religiosa, foram detidas em Minas Gerais e Bahia. Além disso, foram bloqueados bens que pertencem aos líderes da seita, entre eles 39 imóveis rurais em Minas Gerais e Bahia, além das contas físicas e jurídicas dos envolvidos.

Os envolvidos foram presos preventivamente e a intenção da Polícia Federal é sustentar as prisões. Além de manter trabalhadores em condições de escravos, os líderes da seita religiosa são investigados por tráfico de pessoas, estelionato, organização criminosa, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

“A gente espera que dessa vez eles fiquem presos até a sentença. Com a sentença, eles devem levar uma condenação bem alta e só assim parem de conseguir novos fiéis”, diz o

delegado.

Para a polícia, um dos desafios é convencer os fiéis a deixarem a seita. “E que os fiéis nesta situação possam voltar para suas famílias. É uma lavagem cerebral muito grande, em uma situação que chega a dar pena. Eles acreditam que se saírem dali, o governo vai colocar um chip na cabeça deles e todo mundo vai ser perseguido”, completa Oliveira.

Com as prisões dos líderes, segundo o delegado, os fiéis perdem a referência de trabalho. A situação será acompanhada pelo Ministério do Trabalho, que fará a rescisão dos contratos fictícios. O grupo detido foi levado para a Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG).

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP – JORNAL FOLHA DO PROGRESSO no (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

Por Fernanda Rodrigues, Varginha, MG

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail: folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br